

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Juliano Medeiros

DAS PROFUNDEZAS DA HISTÓRIA:
Um comunista negro na Assembleia Nacional Constituinte de 1946

Monografia de Graduação

Brasília
2013

Juliano Medeiros

DAS PROFUNDEZAS DA HISTÓRIA:
Um comunista negro na Assembleia Nacional Constituinte de 1946

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília para a obtenção dos
créditos correspondentes à disciplina de
Dissertação em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ione Oliveira

Brasília
2013

Juliano Medeiros

DAS PROFUNDEZAS DA HISTÓRIA:
Um comunista negro na Assembleia Nacional Constituinte de 1946

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília para a obtenção dos
créditos correspondentes à disciplina de
Dissertação em História.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ione Oliveira
(orientadora)

Profa. Dra. Lucília de Almeida Neves Delgado

Prof. Dr. Virgílio Arraes

Brasília
2013

Aos esquecidos da história.

Resumo

Esta monografia busca analisar a atuação do dirigente comunista Claudino José da Silva na condição de Deputado Federal pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) do Rio de Janeiro na Assembleia Constituinte de 1946. Como único deputado negro da referida assembleia, Claudino teve uma atuação singular, diferenciando-se de outros membros da bancada comunista não só por sua origem social, mas por suas preocupações acerca da discriminação racial. A participação dos comunistas no contexto do processo de redemocratização e suas opções políticas, que permitiram a participação do PCB na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, também serão objeto deste trabalho. A partir do estudo da atuação de Claudino Silva, buscaremos aferir o nível de correspondência entre suas iniciativas como parlamentar e a plataforma apresentada pelo PCB, consubstanciada nas resoluções do partido até o ano de 1946.

Palavras-chave: Claudino Silva; PCB; Redemocratização; Assembleia Nacional Constituinte.

Sumário

Lista de Abreviações.....	7
Introdução.....	8
Capítulo 1 <i>Da clandestinidade à tática da “União Nacional”</i>	12
Capítulo 2 <i>O PCB na Assembleia Nacional Constituinte de 1946</i>	21
Capítulo 3 <i>Um negro na Câmara dos Deputados</i>	29
Conclusões.....	40
Bibliografia.....	43

Lista de abreviações

ANL: Aliança Nacional Libertadora

BOC: Bloco Operário e Camponês

CC: Comitê Central

CGTB: Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

CNOP: Comissão Nacional de Organização Provisória

IC: Internacional Comunista

PCB: Partido Comunista do Brasil

PRP: Partido da Representação Popular

PSD: Partido Social Democrático

PSP: Partido Social Progressista

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

STF: Supremo Tribunal Federal

UDN: União Democrática Nacional

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ED: Esquerda Democrática

PL: Partido Libertador

PDC: Partido Democrata-Cristão

PR: Partido Republicano

MUT: Movimento Unificador dos Trabalhadores

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

INTRODUÇÃO

Em 1946 o Partido Comunista do Brasil¹ (PCB) era a principal organização partidária da esquerda brasileira. Transcorridos mais de vinte anos desde sua fundação, em Niterói, no longínquo ano de 1922, o PCB se fortalecera, angariando crescentes simpatias entre os trabalhadores do campo e das cidades. Amparando-se no prestígio das experiências socialistas do leste europeu, o partido ampliou sua influência no movimento de massas e manteve uma incontestável hegemonia entre as forças da esquerda socialista² pelo menos até a fragmentação que se abateu sobre os comunistas a partir do Golpe de 1964. Desde então, muitos estudos debruçaram-se sobre o PCB, construindo diferentes abordagens sobre a história do partido, atualizando e apresentando novas perspectivas e hipóteses. Não seria exagerado afirmar que o “Partidão” foi a organização política que deu origem ao maior número de trabalhos acadêmicos no Brasil. Por que, então, voltar a estudar o PCB?

O ano de 2013 marcou uma década da primeira experiência de governo liderada por um partido de origem popular após a redemocratização. Marcou também os vinte e cinco anos da promulgação da chamada “Constituição Cidadã” e os vinte e oito anos do retorno do pleno direito à organização partidária no Brasil³. Nesse período, a multiplicação de legendas e suas variadas formas de interação com as esferas do poder estatal tornaram-se um campo fértil de estudo. Ao mesmo tempo, a chegada ao poder central de um partido cujas origens remontam a crítica à coerção brutal exercida por um Estado sempre forte sobre uma sociedade civil sempre fraca (KONDER, 1980), estimulou a retomada dos estudos sobre a ação dos partidos socialistas e comunistas nos marcos da institucionalidade liberal-democrática. As recentes publicações sobre a história do Partido dos Trabalhadores⁴, por exemplo, atestam a atualidade desta temática.

As vicissitudes da experiência petista à frente do governo federal, as mediações entre o programa partidário e a realidade concreta, as táticas para enfrentar cada conjuntura específica,

¹ Para manter fidelidade às fontes estudadas, optamos por utilizar o nome e a sigla que constam dos documentos do partido no período de referência, anterior, portanto, à cisão que levou ao surgimento de dois partidos comunistas: o PCB e o PCdoB, ambos reivindicando o legado anterior a 1962.

² Utilizaremos o termo “esquerda socialista” para diferenciar os partidos e organizações que reivindicavam o marxismo daquelas que se referenciavam na tradição trabalhista ou socialdemocrata.

³ Emenda Constitucional nº. 25, de 10 de maio de 1985, artigo 152. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc25-85.htm Acesso 22/11/2013.

⁴ Destaque para o estudo dos professores Lincoln Secco, **História do PT**, e Mauro Luís Iasi, **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**, além de uma série de dissertações e monografias.

os limites impostos pelo modelo de representação parlamentar e as propostas que deram origem ao partido; em síntese, as articulações entre meios e fins políticos, ampliaram o campo de possibilidades para o estudo da história dos partidos e do sistema político brasileiro.

Ainda são poucos os estudos, porém, que se dedicaram profundamente a um dos períodos mais controversos e ricos da vida do PCB, a saber, os poucos anos de legalidade (entre 1945 e 1947) e a atuação de seus parlamentares na Assembleia Constituinte de 1946 a partir da consigna da “União Nacional”. Com exceção da obra *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*, de Evaristo Giovanetti Netto⁵, e de inúmeros outros trabalhos que abordam a política geral do PCB naquele período, poucos são os estudos que se dedicaram de forma sistemática à experiência dos comunistas no parlamento brasileiro sob o governo do General Eurico Gaspar Dutra.

Ao mesmo tempo, nos últimos anos observa-se uma retomada do estudo das biografias, dando origem não só a publicações e trabalhos científicos, mas também a uma vasta produção audiovisual que se coaduna com os esforços de retomada da memória política do país através de diversas iniciativas institucionais. Assim, a pertinência do estudo dos anos de vida legal do PCB antes de sua cassação, em 1947, ganha especial relevância. Como destaca Lucília de Almeida Neves Delgado:

“Em um país em que a democracia e as instituições democráticas sempre se constituíram num dramático enigma histórico, a pesquisa e os estudos das lutas e da vivência política das classes subordinadas – a quem mais de perto interessa a questão democrática – são, sem dúvida, autojustificáveis, senão uma necessidade” (DELGADO, 1989, p. 13).

Entre os diversos trabalhos acadêmicos e jornalísticos dos últimos anos, destacam-se os estudos que abordam a atuação de organizações e dirigentes comunistas, como Carlos Marighella, João Amazonas, Maurício Grabois e Gregório Bezerra, muitos deles protagonistas da resistência à Ditadura civil e militar que se instalou em 1964. Porém, quando da cassação de seu registro, em maio de 1947, o PCB tinha quinze deputados federais e um senador, que perderam seus mandatos no ano seguinte. Onde estão os personagens dessa história? Quando foi colocado novamente na ilegalidade, o partido atuava abertamente, com sedes conhecidas, uma rede de imprensa de largo alcance e uma influente atuação no movimento de massas (GORENDER,

⁵ GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986.

2005). O contexto da chamada “Guerra Fria”, porém, já imperava, e os partidos comunistas foram banidos na maioria dos países do continente americano. O intervalo democrático que vigorou na América Latina imediatamente após o fim da segunda guerra mundial foi solapado pela estratégia de contenção levada a cabo pelo governo dos Estados Unidos da América a partir do governo de Harry Truman⁶.

Assim, o processo de legalização do PCB, em 1945, foi marcado por um contexto de crescente pressão pela democratização do país após a II Guerra Mundial, pela retomada das mobilizações sindicais e populares e por uma ampliação da simpatia pela causa dos comunistas, que ao lado dos aliados ocidentais, derrotaram a ameaça nazifascista na Europa.

Integrado à legalidade com o fim do Estado Novo, o PCB tomou parte no processo de reordenamento político-institucional buscando ampliar sua presença no aparato sindical e ocupar espaço na esfera parlamentar. Essa política resultou na eleição de uma bancada de deputados federais no pleito de 1945, composta por Carlos Marighella, Maurício Grabois, João Amazonas, Jorge Amado, Gregório Bezerra, José Maria Crispim, Joaquim Batista Neto, Osvaldo Pacheco, Abílio Fernandes, Alcides Sabeça, Agostinho Dias de Oliveira, Milton Caires de Brito, Alcedo Coutinho e pelo ferroviário Claudino da Silva. Além disso, o partido elegeu Luiz Carlos Prestes ao Senado Federal e conquistou 10% dos votos para a Presidência da República com o engenheiro Iedo Fiuza. Essa bancada de parlamentares tomou parte na Assembleia Constituinte de 1946 e teve ativa atuação frente a outros temas de grande relevância nacional. Contudo, o partido enfrentou inúmeras contradições à medida que buscava articular seu papel de representante político-institucional de uma classe trabalhadora cada vez mais inquieta e mantinha no Congresso Nacional os discursos em defesa da “ordem e tranquilidade”, comprometendo-se cada vez mais com as regras do novo jogo da democracia representativa (SILVA e SANTANA, 2007).

Muitos dos integrantes da primeira bancada comunista no Congresso Nacional tiveram destacado papel tanto nas mudanças táticas que resultaram na volta do PCB à legalidade, quanto nos principais episódios da vida do partido nas décadas seguintes. Outros, porém, apesar de sua dedicação à luta revolucionária, foram “invisibilizados” pela história até aqui construída. É o caso de Claudino José da Silva, líder ferroviário, único deputado negro dentre os 338

⁶ A base da doutrina foi articulada em 1946 pelo diplomata norte-americano George Kennan e consistia numa série de medidas que visavam conter a influência da União Soviética sobre os países ocidentais, incluindo a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

constituintes de 1946, eleito pelo PCB do Rio de Janeiro. Após quase vinte anos de ativa militância política, contribuindo com o trabalho de organização sindical, diversas passagens pela prisão e um mandato de Deputado Federal, a atuação de Claudino Silva não mereceu mais que algumas raras referências em publicações que abordam o período. Claudino morreu só, numa casa de acolhimento do subúrbio do Rio de Janeiro, após anos de abandono, em 1985.

Este trabalho, porém, não tem a pretensão de reconstituir de forma abrangente a trajetória do líder comunista. Devido à ausência de informações sobre sua atuação após a cassação dos mandatos do PCB, em 1948, uma investigação dessa envergadura exigiria uma pesquisa de maior fôlego. Nosso objetivo, portanto, é o de destacar a participação de Claudino Silva na Assembleia Constituinte, contribuindo para trazer à luz esse singular personagem da história do PCB.

Como afirmou Marx, porém, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem história como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011). Logo, seria impossível reconstituir a atuação de Claudino Silva na Assembleia Constituinte de 1946 sem apontar os antecedentes que levaram os comunistas à eleição de sua primeira bancada na Câmara dos Deputados. Para isso, há muitas perguntas, cujas respostas não encontram consenso na historiografia brasileira. Por exemplo, qual a relação entre o trabalho intelectual e a frente sindical-operária – à qual Claudino estava vinculado como ferroviário no Rio de Janeiro – na estratégia do PCB naquele momento? Pôde o PCB, no seu primeiro contato com o novo ordenamento político-institucional, e assumindo a condição de parte constituinte do mesmo, expressar através de sua ação parlamentar as bases programáticas do partido? Ou, como afirma Giovannetti, ao expor-se à vida legal, o PCB foi instrumentalizado para a obtenção de um consenso em torno do programa e do projeto de democratização de uma parte das elites? (GIOVANNETTI, 1986) A atuação de Claudino Silva na Câmara dos Deputados confirma ou nega essa hipótese? Foi possível, afinal, encontrar um justo equilíbrio naquele contexto histórico específico entre a atuação parlamentar – consubstanciado nas proposições legislativas, discursos e demais iniciativas – e o programa político do PCB? Qual o papel de Claudino na bancada parlamentar e quais suas proposições à Constituição aprovada em 1946? Estas são algumas questões que justificam a relevância de uma dissertação sobre a atuação de Claudino Silva como Deputado Federal na busca por resgatá-lo das profundezas da história.

Capítulo 1 – DA CLANDESTINIDADE À TÁTICA DA “UNIDADE NACIONAL”

Quando, em 1972, o PCB completou 50 anos, muito se discutiu no interior do partido sobre a necessidade de produzir uma “história do PCB”. Nelson Werneck Sodré relembra as dificuldades em desenvolver a tarefa, impostas pela condição de absoluta clandestinidade do partido sob o governo militar do General Médici e pela dificuldade de acesso às fontes necessárias (SODRÉ, 1982). Ainda assim, Sodré lançou-se à tentativa de elaborar uma breve narrativa do primeiro meio século do PCB, contando com os materiais disponíveis e dentro das condições que a repressão do regime militar permitia. Descrevendo as opções metodológicas desse trabalho, o historiador comunista sugere uma cronologia que nos parece adequada para regastar os antecedentes pré-1945 da história do PCB:

“Elaborei, com os materiais de que dispunha e sob minha responsabilidade pessoal, quatro dos seis capítulos previstos na periodicidade aceita e adotada: o dos antecedentes (pois que a existência da classe operária antecede a existência do PCB); o da infância, quando o Partido, reduzido em militantes, chega a ter um jornal diário e organiza um agrupamento legal, o Bloco Operário e Camponês (BOC); o da crise, definido pela ausência de participação no movimento de 1930 e marcado violentamente por importante movimento de massas – a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – e pela tentativa armada de novembro de 1935, a que segue a violenta repressão que culmina com a ditadura do Estado Novo; e o do ressurgimento, com a vitória na guerra contra nazi-fascismo e o militarismo japonês, a nova legalidade, como apogeu político e numérico do partido, a que segue, com a “guerra fria”, o seu fechamento, a cassação de sua representação parlamentar e a consequente radicalização, de que ficou, como exemplo frisante, o documento conhecido como *Manifesto de Agosto*” (SODRÉ, 1982, p. 9).

Como recorte que nos interessa no presente capítulo, abordaremos o período que corresponde ao ingresso de Claudino Silva no PCB em 1928, quando a tática do partido passava pela atuação legal através do BOC, até a participação do partido nas eleições de 1945. Este intervalo de dezessete anos marcou uma série de mudanças na tática do PCB, com repercussões diretas sobre a atividade militante de seus membros.

Quando, em 1928, Claudino ingressou no PCB, ele trabalhava como aprendiz de carpinteiro e atuava na Liga Operária da Construção Civil de Niterói, onde pouco tempo depois

assumiria o cargo de primeiro-secretário. Nesse período, a experiência do BOC já tinha quase dois anos e mostrava-se um importante instrumento de organização dos trabalhadores. Paradoxalmente, tornava-se ao mesmo tempo objeto de uma acirrada polêmica no interior do PCB.

Em dezembro de 1926 chegava ao fim o longo estado de sítio que se prolongou durante quase todo o governo de Arthur Bernardes. Este fato abriu novas perspectivas para os comunistas, que até então haviam enfrentado muitas dificuldades para interagir com a massa dos trabalhadores. (PACHECO, 2008) Com o aumento das atividades do movimento operário e popular, decorrente da relativa abertura política promovida pelo novo governo de Washington Luiz, e a proximidade das eleições parlamentares de fevereiro de 1927, o PCB passou a atuar abertamente através das páginas do jornal **A Nação**, primeiro diário comunista do país. Ainda no início de 1926, o partido promove, em Niterói, uma conferência com trabalhadores de 26 sindicatos do Rio de Janeiro com vistas à criação de um comitê preparatório ao encontro de fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Brasileiros (SODRÉ, 1982, p. 63). Greves de diversas categorias no Rio de Janeiro aumentavam a influência das ideias comunistas entre os trabalhadores e cobravam definições do PCB quanto à relação com outros setores sociais. Foi assim que, nos primeiros dias de 1927, o partido propôs a criação de uma frente de organizações proletárias e da pequena burguesia para as eleições de fevereiro daquele ano, o chamado Bloco Operário (mais tarde rebatizado como Bloco Operário e Camponês). Curiosamente, o BOC na prática antecipou aquela que seria, a partir VI Congresso da Internacional Comunista (IC), em 1928, a orientação geral para todos os partidos comunistas do mundo: a composição de alianças com vistas à defesa de um governo operário-camponês em conjunto com a pequena-burguesia, contra o latifúndio e o imperialismo. (DEL ROIO, 2003) As resoluções da IC compreendiam que a natureza da revolução brasileira era democrático-burguesa – dado o caráter semifeudal e semicolonial das sociedades latino-americanas – e deveria desenvolver-se sob liderança do proletariado em aliança com o campesinato e a pequena-burguesia urbana. A chamada tática de “Frente Única”, inspirada pela experiência de unidade entre os comunistas e os nacionalistas do *Kuomintang*⁷ na China, foi implementada largamente

⁷ Fundado em 1911, o Kuomintang (KMT) era um partido nacionalista que buscava a unificação da China. No final dos anos 20 uma aliança entre o KMT e o PC chinês teve como objetivo consolidar a República e unificar o país contra os senhores da guerra. Em 1927, a aliança se desfez e teve início uma Guerra Civil que chegou ao fim com a vitória dos comunistas e a criação da República Popular da China, em 1949 (POMAR, 2003).

na América Latina e testada no Brasil nas eleições parlamentares de fevereiro de 1927. Ao Bloco Operário aderiram, além do PCB, o Centro Político Operário da Gávea e o Centro Político Proletário de Niterói. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) e outras organizações operárias rejeitaram ou não se manifestaram diante do chamado de unidade proclamado pelos comunistas. Os candidatos do BOC no Rio de Janeiro seriam João da Costa Pimenta e Azevedo Lima, este último, candidato independente no interior do Bloco. Os resultados deram a vitória para Azevedo Lima no Segundo Distrito com mais de 11 mil votos, eleito Deputado Federal pela capital fluminense. Além disso, a primeira experiência eleitoral de âmbito nacional do PCB, mesmo que através da expressão pública do BOC, permitiu ampliar a influência do partido no movimento de massas e criar novas seções no interior do Rio de Janeiro e em outros estados.

Em agosto de 1927, porém, é aprovada a chamada “Lei Celerada”⁸, que coloca o PCB novamente na clandestinidade, forçando o partido a ampliar suas atividades através do BOC, que se torna a principal referência entre as organizações operárias da capital. Prova disso, é a eleição de dois intendentess (equivalentes ao cargo de vereador) ao Conselho Municipal do Rio de Janeiro nas eleições de outubro de 1928. Porém, o crescimento do BOC e a proximidade do III Congresso do PCB fizeram vir à tona um intenso debate sobre a relação do partido com aquela frente político-eleitoral. Claudino Silva ingressou no partido num momento de ascensão do BOC, mas também, em meio à crise que se desenrolava em torno da relação deste com os comunistas.

Identificando desvios políticos – revelados principalmente na forma de “eleitoralismo” e do ingresso de indivíduos pouco identificados com a causa comunista – o III Congresso do PCB decide tomar uma série de resoluções no sentido de preservar o partido e combater certa tendência à diluição no interior do BOC. Como destaca Astrojildo Pereira, então Secretário-Geral do PCB:

“Muitos dos perigos que rondavam o BOC, desde o início, acentuaram-se com o correr do tempo, e entre eles o ‘eleitoralismo’, campo aberto à proliferação de oportunistas e carreiristas da pior espécie. Na discussão interna que se travou no partido, em 1928, uma das questões mais acesamente debatidas foi a do BOC e erros consequentes cometidos na política eleitoral do partido. Outro perigo, mais grave ainda, consistia numa certa tendência a não só esconder o partido por trás do BOC, mas também fazer o partido dissolver-se em suas fileiras”. (SODRÉ, 1982, p. 69)

⁸ A chamada Lei Celerada (ou Lei Aníbal de Toledo) previa a punição aos chamados “delitos ideológicos” e permitia o fechamento de qualquer organização política que pudesse representar uma ameaça à ordem pública, incluindo sindicatos, partidos e clubes militares.

Contudo, as resoluções do III Congresso que visavam uma “bolchevização” do partido e de seus métodos de trabalho político, conforme as novas orientações da IC no final da década⁹, não foram plenamente implantadas. Com isso, pouco a pouco, a cisão no interior do PCB tornava-se cada vez mais inevitável. A combinação entre o retorno do partido à ilegalidade (enquanto o BOC atuava abertamente no movimento de massas) e a gradual transformação dos Partidos Comunistas em verdadeiras organizações marxistas-leninistas, prevista pelas últimas resoluções da IC, aumentaram o clima de sectarismo interno no PCB. Os dirigentes do trabalho sindical, ao mesmo tempo o mais dinâmico e o mais ativo, lideraram as críticas ao Comitê Central. Um dos fundadores do partido, Joaquim Barbosa, então secretário sindical do PCB, rompeu com o mesmo no início de 1928. Ele acusou o partido de sectarismo com as demais organizações proletárias por conta dos ataques desferidos contra elas através das páginas de **A Nação** (PACHECO, 2008, p. 95). Além dele, saem do PCB mais 45 militantes, o que pode ser considerado um número expressivo, tendo em visto que o partido contava, em 1930, com cerca de 800 filiados. (KONDER, 2002, p. 52)

A partir dessa crise, o PCB viveu uma profunda guinada obreirista e sectária em sua orientação política, porém, sem romper com o BOC. As dificuldades vividas no interior do Bloco eram então tomadas como “desvios” que precisavam ser corrigidos. Nesse contexto, o III Congresso do PCB marcou uma nova etapa na vida do partido. Convertido em “partido de novo tipo” – um eufemismo para os partidos marxista-leninistas – e alinhado com as orientações da IC que previam um “terceiro período revolucionário”, o PCB assumiu sua condição de partido operário de vanguarda. Nas teses aprovadas, previa um plano nacional para a situação pré-revolucionária que se avizinhava como desdobramento da crise econômica do café, da crise financeira, oriunda da quebra da economia cafeeira, e da crise política envolvendo a sucessão presidencial de 1930. (PACHECO, 2008, p.102) Nessa direção, o III Congresso aprovou uma

⁹ Logo após o VI Congresso da Internacional Comunista, explodiu no interior do Partido Comunista da URSS uma intensa polêmica sobre a caracterização da luta de classes em nível mundial. De um lado, a caracterização de Bukharin, proeminente teórico bolchevique, previa uma intensificação da exploração nas zonas coloniais, o que exigia da URSS um fortalecimento de suas posições em torno da aliança operário-camponesa a partir do aprofundamento do capitalismo monopolista de Estado, na qual se baseava a NEP. De outro lado, o grupo de Stálin entendia que o mundo estava à beira de uma nova “crise revolucionária”, razão pela qual seria necessário romper as alianças com a socialdemocracia e outras forças liberais. A partir daí, a política de “Frente Única” seria substituída por uma linha de isolamento e fortalecimento dos Partidos Comunistas. (DEL ROIO, 2003, p. 86)

série de resoluções que visavam fortalecer o partido e vinculou-o mais fortemente ao proletariado.

Em sua guinada isolacionista e sectária, o PCB caracteriza o Brasil como estando às portas de um momento revolucionário e coloca-se a favor da revolução democrático-burguesa que estava sendo gestada pela pequena-burguesia. Por isso, o partido deveria vincular-se profundamente com o trabalho sindical para assumir definitivamente a condição de direção do proletariado. Talvez por isso, no congresso, ascendam ao seu Comitê Central várias lideranças operárias, como o gráfico Mário Grazini, o metalúrgico José Casini e o padeiro José Caetano Machado. (PACHECO, 2008, p. 107) Um último esforço de participação eleitoral é levado a cabo nas eleições presidenciais de março de 1930. Concorrem Júlio Prestes (Partido Republicano Paulista), Getúlio Vargas (Aliança Liberal) e Minervino de Oliveira (Bloco Operário e Camponês). A repressão sobre os candidatos do BOC foi intensa, o que aumentou a resistência no interior do PCB aos métodos eleitorais. Diante dos “desvios” identificados por sua direção no decorrer da disputa eleitoral de março, o partido decidiu pela extinção do BOC alguns meses depois.

De acordo com a leitura do partido naquele momento, o PCB caracterizou o processo que levou Getúlio Vargas à presidência como uma mera disputa entre diferentes frações da burguesia, mantendo-se alheio ao fervilhante momento histórico do país. Ao mesmo tempo, rejeitou qualquer aliança com a recém-criada Liga de Ação Revolucionária, que reunia a ala revolucionária do tenentismo liderada por Luiz Carlos Prestes. Em seu programa, a Liga defendia o fim do latifúndio através do confisco de terras e entrega destas aos camponeses, o fim da dominação imperialista pela nacionalização das empresas estrangeiras e o estabelecimento de um governo sob comando de conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros. Como se vê, um programa mais radical que a plataforma bolchevique de 1917, que previa “pão, terra e paz”. Ainda assim, os comunistas negaram qualquer aliança com Prestes e seguiram em seu isolamento, acusando-o de querer criar um partido operário-camponês de caráter “pequeno-burguês” que visava iludir o proletariado e tomar do PCB a legítima condição de direção política dos trabalhadores.

Enquanto isso, todas as energias do partido estavam voltadas para a organização das massas. Pouco antes, havia sido convocado, no início de 1929, o congresso de criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que reuniu representantes de 50 grandes organizações sindicais

e passou a representar, já na sua fundação, cerca de 60 mil operários. Diante das novas orientações políticas aprovadas no seu último Congresso e do processo de renovação dos quadros sindicais do PCB, é provável que Claudino Silva, que já tinha experiência como diretor do Centro dos Carpinas e Classes Anexas, em Niterói, tenha assumido responsabilidades de direção pouco tempo depois de sua entrada no partido. Essa hipótese ganha força se observarmos que, logo após deixar a Estrada de Ferro Leopoldina, em 1931, foi escolhido delegado da CGTB ao Congresso dos Trabalhadores de Pernambuco, em Recife. Nessa ocasião, Claudino foi preso pela primeira vez.

No começo daquele ano, o PCB tentou organizar um comício no Rio de Janeiro e sofreu violenta repressão por parte das forças policiais. No mesmo mês, desta vez convocada pela CGT, uma marcha foi reprimida sob o comando de Salgado Filho, que prendeu seus principais dirigentes. Não dispomos de informações seguras de que a prisão de Claudino guarde relação direta com estes eventos, mas podemos afirmar com segurança que se ela se insere na escalada da repressão que o novo governo impõe aos comunistas em geral.

Ao mesmo tempo, a Internacional Comunista procurou aprofundar sua leitura da situação latino-americana e passou a dar especial atenção à realidade brasileira. A resolução aprovada sobre o Brasil apresentava uma série de críticas à política do PCB, acusada de estar permeada por inúmeros “desvios de direita” (DEL ROIO, 2003, p. 89). Para adequar a tática do partido à nova leitura da IC, além do afastamento de vários membros, o PCB aprofundou sua política isolacionista, afastando-se das demais organizações operárias e, principalmente, do movimento tenentista e sua ala mais radical, fortalecendo suas tendências obreiristas e fazendo crescer o prestígio dos operários “legítimos” como Claudino Silva.

Em 1932, as manifestações do 1º de maio em São Paulo foram duramente reprimidas pela polícia. No mesmo ano, eclodiram diversas greves operárias pelas más condições de trabalho. O PCB convocou uma greve geral, o que levou à prisão de diversos dirigentes comunistas, entre eles o Secretário-Geral do partido na ocasião, o padeiro pernambucano, José Caetano Machado. Muitos deles foram enviados para o temido presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, onde Claudino Silva será preso em 1936. Ao longo dos anos seguintes, a realidade do PCB foi marcada por um misto de política sectária e repressão política por parte do governo de Vargas.

Com o aprofundamento da crise internacional que se desencadeara em 1929 e os evidentes limites da revolução do ano seguinte, as tensões sociais aprofundaram-se, o que parece

dar razão à teoria da “crise revolucionária” propugnada pelo PCB. Ao mesmo tempo, Prestes aproximava sua leitura da realidade brasileira daquela presente entre os comunistas. Em carta aberta, divulgada em 1931, o “Cavaleiro da Esperança” afirmou que:

“(…) Nós, revolucionários da pequena burguesia, os elementos que honesta e sinceramente se querem bater com o proletariado contra o imperialismo, que querem, com a revolução agrária e anti-imperialista, dar, no Brasil, início à revolução proletária – precisamos compreender a justeza e a razão com que o Partido Comunista do Brasil combate os elementos que, dentro dele, ainda pensam na direção de chefes pequeno-burgueses e que ainda não compreenderam que somente com um partido exclusivamente da classe, um partido genuíno do proletário, livre de toda e qualquer influência pequeno-burguesa (tenentista, aliancista ou trotskista) será possível, realmente, livre de traições, levar o proletariado às suas reivindicações”. (SODRÉ, 1982, p. 91)

Aos poucos, a situação posterior à Revolução de 1930 foi tomando a forma de uma modernização conservadora e autoritária. Os acordos firmados entre as várias frações das elites derrotaram o levante da burguesia paulista de 1932, o tenentismo estava enfraquecido e dividido entre duas correntes (uma progressista e outra conservadora), o Governo Provisório gozava pouco a pouco de uma crescente estabilidade e os grupos integralistas – vertente brasileira do fascismo – ganhavam prestígio entre os setores médios. Nesse contexto, a previsão de uma “crise revolucionária” mostrava-se cada vez mais distante, apesar dos conflitos estimulados pelas precárias condições de vida dos trabalhadores.

Diante de um cenário de extremas dificuldades, o PCB buscou fortalecer suas posições no movimento operário, combatendo centralmente o perigo representado pelas propostas de extrema-direita do integralismo. A exigência de unidade entre os setores operários contra a ameaça fascista enfraqueceu o sectarismo no interior do PCB. Em 1933 o Secretariado Sul-Americano da IC saudou o desligamento definitivo de Prestes do movimento tenentista. No ano seguinte, por intermédio dos dirigentes soviéticos, ele aderiria à causa comunista. Ao mesmo tempo, ia tomando forma a ideia de uma “Frente Popular” contra o fascismo que abandonasse as formulações sectárias que guiavam a política do PCB desde o fim dos anos 20. Nessa nova guinada tática, os comunistas se lançam à construção da Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada formalmente em março de 1935, e cujo programa defendia a suspensão da dívida

imperialista, a estatização das empresas imperialistas, a entrega das terras dos latifundiários os pequenos camponeses, plenas liberdades individuais e a constituição de um governo popular. A criação da ANL marcou uma aproximação e uma articulação entre as lutas que os comunistas brasileiros vinham desenvolvendo no Brasil e a política de frentes populares proposta pela IC a partir de 1934 e consagrada no seu VII Congresso, no ano seguinte. (PRESTES, 2001, p. 16)

A evolução da política frentista a uma linha abertamente insurrecional foi rápida. Do fechamento da ANL pelo governo de Vargas até a tentativa de insurreição de novembro de 1935 passou-se pouco mais de um ano. Acreditando que o governo de Vargas estava enfraquecido – ou como disse Prestes, “caindo de podre” – os comunistas preparam o levante com apoio de emissários da IC. Frustrado pelas forças da ordem, a sublevação deu o pretexto para uma repressão ainda maior sobre os comunistas. Claudino Silva, que havia sido transferido de Juiz de Fora (MG) para Belo Horizonte com a missão de organizar todo o trabalho político do PCB no estado, foi vítima dessa ofensiva, sendo preso em março de 1936.

A tentativa de insurreição em 1935 não passou de uma quartelada, sem qualquer participação popular significativa. (PACHECO, 2008, p. 159) O resultado foi a prisão de toda a direção do PCB, incluindo Prestes, que assumira a liderança do movimento. Apesar do trabalho de militantes como Claudino Silva, que na primeira metade dos anos 30 dedicou-se ao trabalho de organização sindical de base, a verdade é que o PCB havia perdido contato com as massas, situação que deixou o partido sem a retaguarda esperada quando do assalto aos quartéis da Ditadura de Vargas.

Sofrendo na pele os efeitos da repressão policial, o PCB sobreviveu às duras penas. Na mais completa clandestinidade, a confusão imperava em debates e divergência intermináveis sobre os rumos do país. Para parte dos comunistas, a defesa da consigna de “Todo poder à ANL!” e de um governo Nacional-Popular Revolucionário deveria ser mantida. Para outros, a derrota de 1935 sinalizava a necessidade de mudanças radicais na política do partido. Às vésperas das eleições presidenciais de 1937, o partido dividiu-se. De um lado, o grupo liderado por Hermínio Sachetta, em São Paulo, seguia defendendo abertamente a derrubada do governo de Vargas, inclusive denunciando a iminência do Golpe de Estado que acabaria se efetivando. De outro lado, a maioria do CC, liderado por Lauro Reginaldo da Rocha, o “Bangu”, oscilava entre o combate a Getúlio e a neutralidade, com vistas a arregimentar forças contra o integralismo, visto como inimigo maior, sem dar-se conta de que Vargas era o principal aliado dos fascistas

brasileiros (PRESTES, 2001, p. 24). Na verdade, analisando as declarações da época, podemos concluir que as posições favoráveis a uma aproximação com Getúlio, que ganhavam força no PCB no início de 1937, traziam consigo a esperança de que o candidato varguista, José Américo, pudesse decretar a anistia e restabelecer as garantias constitucionais. (SODRÉ, 1982, p. 113)

Vargas, reunindo amplo apoio político entre os principais setores da elite brasileira, consumou o golpe do Estado Novo. O PCB, prostrado, não esboçou qualquer reação. O Comitê Central do partido, chefiado por Bangu, se manteve calado. Cabe destacar que desde 1935 a IC vinha investindo na política de “Frentes Populares Antifascistas”, com relativo sucesso no Chile, França e Espanha. Portanto, um eventual distanciamento de Vargas dos grupos fascistas poderia dar margem a uma aproximação entre ele e o PCB, o que acabaria efetivamente acontecendo nos meses seguintes.

A anexação da Áustria por Hitler foi um sinal de alerta para que o governo brasileiro, antes simpático aos governos do Eixo, agisse visando desmontar as organizações nazistas nas comunidades germânicas do sul do país. O projeto getulista de construção de uma identidade nacional brasileira atingiu as organizações simpáticas ao nazismo. Com isso, as relações diplomáticas com a Alemanha degeneraram-se rapidamente. De um admirador, Getúlio passava a ser visto por Berlim como um incômodo. A tentativa de golpe integralista em maio de 1938 contra o governo de Vargas foi a desculpa que faltava para o início da repressão às organizações fascistas. Diante desse cenário, o PCB lançou um documento¹⁰ convocando a “União Nacional pela Democracia e a Paz!” no qual pregava a unidade entre todos os setores – incluindo o governo de Vargas, se preciso fosse – contra a ameaça nazista. (PRESTES, 2001, p. 36) Da prisão, Prestes afirmou taxativamente que “Diante da alternativa – ajudar Vargas ou cruzar os braços e assistir uma aventura que poderá nos levar ao terror fascista e a uma intervenção estrangeira – nenhum democrata pode vacilar. Diante de qualquer ameaça fascista, nós, os aliancistas, sempre dissemos que nos encontraríamos do outro lado das barricadas e apoiaremos, assim, Getúlio Vargas, caso ele esteja também deste lado” (SODRÉ, 1985, p. 110).

Nem a mudança de orientação da Internacional Comunista, a partir do pacto de não agressão assinado entre Hitler e Stálin, foi capaz de mudar a tática do PCB de manter a luta contra o fascismo como tarefa central dos comunistas. Apesar de colocar-se ao lado da política de “neutralidade” da URSS nas páginas de **A Classe Operária**, na prática o PCB continuava se

¹⁰ Publicado em **A Classe Operária**, SP, n° 207, abril de 1938.

batendo por um governo de união nacional entre povo e governo contra a ameaça fascista. Embora enfraquecidos pela repressão – entre 1939 e 1940 cerca de 240 comunistas foram julgados por “atividades extremistas” pelo Tribunal de Segurança Nacional – os militantes do PCB estavam profundamente tomados pelo nacionalismo em ascensão no país. As poucas declarações de Prestes clamando pela superação das “divergências internas” em nome da defesa da nação eram a expressão dessa condição. O bombardeio de navios brasileiros pela marinha alemã e a decretação do Estado de Guerra, em agosto de 1942, foi o ápice da política de União Nacional pregada pelos comunistas.

Capítulo 2 – O PCB NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1946

A aproximação do PCB ao governo de Vargas não tornou mais fácil a vida de seus militantes. Claudino Silva, por exemplo, retornou a Niterói no final de 1939, após oito meses de prisão, resultado de suas atividades políticas em Minas Gerais. Em janeiro do ano seguinte, quando, na prática, já vigorava plenamente a política de União Nacional, foi preso e condenado a dois anos de reclusão. Naquele ano quase todo o Comitê Central do PCB foi desmantelado pela repressão, desorganizando o movimento comunista. Por dois anos a situação foi de dispersão. Paradoxalmente, se aprofundava a política de conciliação com Vargas. No final de 1942, a revista **Seiva**, única publicação editada legalmente pelos comunistas, estampava uma foto de Getúlio sob o lema: “Tudo nos une, nada nos separa” (DULLES, 1985, p. 237).

No transcurso da guerra, a Internacional Comunista foi extinta por Stálin. A realidade cobrava, agora, definições que dependiam tão somente dos comunistas brasileiros. Aos poucos, as divergências se avolumavam, exigindo que os debates internos fossem retomados e o partido reorganizado. Na famosa Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943, a posição liderada por Prestes de “União Nacional com Vargas contra o inimigo externo” foi vitoriosa (CARONE, 1982, p. 48). Claudino Silva, libertado naquele ano, tomou parte na organização daquela conferência. Além disso, foi aprovada uma Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), da qual faziam parte, além do próprio Claudino, também Agostinho Dias de Oliveira, Carlos Marighella (ambos ausentes), Pedro Pomar, Maurício Grabois, Arruda Câmara, João Amazonas, Milton Caires de Brito, Lindolfo Hill, Francisco Gomes, Jorge Herlein, Abílio

Fernandes e José Medina Filho. Prestes, mesmo preso, foi eleito Secretário-Geral e formou-se uma Comissão Executiva, formada por Pomar, Medina, Hill, Amazonas, Grabois, Arruda e Caires de Brito. Nessa ocasião, Claudino Silva, familiarizado com o trabalho no nordeste, foi designado responsável pelo acompanhamento da região norte do país. (DULLES, 1985, p. 252) Pela primeira vez, o líder ferroviário, então com 41 anos, assumia um posto no comando nacional daquele PCB em reconstrução.

Enquanto isso, o Estado Novo vivia seu crepúsculo. As últimas prisões de militantes comunistas, ao longo do ano de 1944, não arrefeceram o ânimo do CNOP em apoio a Vargas. O fim da censura e a convocação de eleições para o próximo ano já faziam anunciar a democracia. A retomada do trabalho do PCB junto aos trabalhadores, buscando organizar novos sindicatos e criando o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), através do qual puderam estimular a atividade dos trabalhadores, então paralisados pela legislação do Estado Novo, passou a ser prioridade (Idem, p. 265). É através do MUT, principalmente, que o PCB impulsionou a campanha pela Constituinte e tomou parte no *queremismo*¹¹.

Pressionado pela opinião pública e pelo novo clima político do país após a vitória dos aliados na II Guerra Nacional, a abertura política tomou forma. Em abril de 1945, Vargas decretou a anistia de 148 presos políticos, entre eles, Luiz Carlos Prestes. Em agosto do mesmo ano, o partido reorganizou sua direção nacional na forma de um Comitê Nacional de vinte e um membros e uma Comissão Executiva de nove integrantes. Claudino José da Silva, esmerado dirigente da reorganização do PCB através da CNOP, foi mantido entre os membros do Comitê Nacional. Em outubro, cercado pelos militares, Getúlio renunciou à presidência, pondo fim ao Estado Novo, sem oferecer resistência (Idem, p. 274).

Importante notar que nos meses anteriores à queda do ditador, o movimento de massas vinha retomando a iniciativa política. No fim de 1943, os estudantes saíram às ruas pedindo o fim do Estado Novo. Após o bombardeio aos navios brasileiros pela marinha alemã, um forte movimento exigiu do governo Vargas a entrada no Brasil na guerra que se desenrolava na Europa, enquanto os trabalhadores organizavam greves e protestos em todo o país. Às vésperas do retorno à democracia, a anistia permitia a libertação de muitos dirigentes comunistas e a legalização de todos os partidos. Paralelamente, Vargas organizava o Partido Trabalhista

¹¹ O movimento queremista defendia a proposta de Assembleia Nacional Constituinte com Vargas, através do slogan “Queremos Vargas”, contribuindo decisivamente para impulsionar a criação do Partido Trabalhista Brasileiro. (DELGADO, 1989, p. 47)

Brasileiro (PTB) com o objetivo de frear a influência comunista entre os trabalhadores e criar uma referência reformista a partir da legislação herdada do Estado Novo. (GOMES, 2005, p. 95). Assim, o processo de redemocratização encontrou um cenário politicamente convulsionado e pouco propício à tática da União Nacional e às promessas de “paz duradoura” que ela trazia consigo.

Essa ilusão, aliás, atingiu o movimento comunista em nível internacional. Nos EUA, o dirigente do Partido Comunista daquele país, Earl Browder, pregava “o início de uma era de colaboração íntima entre o campo socialista e os Estados Unidos”. Na Argentina, Vittorio Codovilla, secretário-geral do PC argentino, acreditava que URSS e EUA poderiam encontrar saídas comuns aos problemas do desenvolvimento econômico em nível mundial, e em Cuba, o PC apoiaria o governo de Fulgêncio Batista – posteriormente derrubado pela guerrilha liderada por Fidel Castro e Che Guevara. Portanto, a política de União Nacional, embora não existisse mais um organismo como a IC, era a orientação que emanava de Moscou e guiava a política dos Partidos Comunistas em todo o continente. (LÖWY, 2012)

O processo eleitoral de 1945, o primeiro em que o PCB se apresentou abertamente como partido, ofereceu um quadro de polarização entre as forças aliadas a Vargas e aquelas que lideraram o movimento que o depôs dois meses antes. Eliezer Pacheco afirma que:

“Apesar da queda de Vargas ter sido promovida pelas forças mais reacionárias do país, não havia condições para a instituição de um regime ditatorial. Todas as atenções voltavam-se para as eleições próximas, especialmente no que diz respeito à escolha do novo presidente da República. A UDN apoiava o nome de seu grande líder e inspirador, brigadeiro Eduardo Gomes, apresentando-se sob a bandeira do anti-getulismo e aglutinando em torno de si as camadas médias e o grande capital com vinculações internacionais. O outro grande partido surgido com a redemocratização, o PSD, lança a candidatura do ex-Ministro da Guerra de Getúlio e coautor do golpe que o destituirá, general Eurico Gaspar Dutra”. (PACHECO, 2008, p. 182)

O PTB apoiaria a candidatura de Dutra e o PCB lançaria o nome do engenheiro e ex-prefeito de Petrópolis (RJ), Yedo Fiuza, desconhecido no interior do partido. Na verdade, os comunistas foram pegos desprevenidos com a destituição de Getúlio, em outubro. Alinhados com o movimento queremista, eles apostavam na continuidade do ditador à frente do processo de redemocratização que se iniciara sob seu controle. O partido dividiu-se entre simpatizantes à

candidatura de Dutra e apoiadores da candidatura de Eduardo Gomes, estes últimos liderados pelo historiador Caio Prado Júnior. Sem condições de chegar a um consenso sobre o apoio aos candidatos apresentados pela UDN e pelo PSD, e rejeitando a hipótese de lançar o nome de Prestes, o partido teve de improvisar um candidato de última hora.

Legalizado, o PCB cresceu rapidamente. O jornal **Tribuna Popular**, editado pela seção carioca do partido, tinha uma tiragem de 25 mil exemplares diários, equivalente às edições de **O Globo** e outros jornais comerciais. (GORENDER, 1996, p. 168) No auge de seu prestígio, após a libertação de Prestes, o partido alcançou a expressiva marca de 200 mil filiados, e tinha entre seus quadros artistas e intelectuais como Portinari, Di Cavalcanti, Lazar Segall, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Oswald de Andrade, dentre outros. (KONDER, 2004, p. 67) Grandes comícios foram realizados pelo partido, os maiores no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, e no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, nos meses de maio e julho, respectivamente. Nesses comícios, Prestes defendia a “ordem e a tranquilidade”, condenava os “golpes salvadores” e se referia com respeito aos “patrões progressistas” que seriam aliados do “desenvolvimento pacífico” do Brasil (PRESTES, 2010, p. 83). Em Recife, o Secretário-Geral do PCB chegou a afirmar que “é preferível (...) apertar a barriga, passar fome, do que fazer greves e criar agitações” (Idem, p. 87).

As eleições ocorreram em 2 de dezembro de 1945. Dutra, apoiado por Getúlio, obteve 55% dos votos contra 34% do candidato udenista. Fiúza obteve quase 600 mil votos (9,7%), surpreendendo o próprio PCB. Para a Assembleia Nacional Constituinte do ano seguinte, foram eleitos 14 deputados comunistas, além de Luiz Carlos Prestes ao Senado.

A Assembleia Constituinte era composta por 297 deputados e 41 senadores, totalizando 338 Deputados Constituintes¹². Além do PCB, outros nove partidos elegeram representantes, sendo que os comunistas tinham a quarta maior representação (com menos deputados apenas que PSD, UDN e PTB). Cabe destacar que o PCB teve uma campanha muito abrangente. Lançou candidatos em todos os estados (feito igualado apenas por PSD e UDN) e elegeu deputados em seis unidades da Federação (BA, PE, DF, RJ, SP e RS), a maior parte concentrada na região sudeste. Só em São Paulo foram quatro deputados. Em vários estados o PCB elegeu também deputados estaduais e vereadores, conquistando, inclusive, a maioria em algumas Câmaras

¹² Em variadas fontes, afirma-se que a Assembleia Constituinte seria formada por 328 membros. Porém, os dados oficiais compilados no estudo de Sérgio Soares Braga (1998), confirmam o número de 338 parlamentares.

Municipais pelo país.¹³ Além disso, 12 dos 15 eleitos pelo PCB haviam sido presos políticos durante o Estado Novo. O partido contava ainda com a bancada mais jovem (a maioria tinha menos de 40 anos) e com o menor nível de instrução (a maioria não possuía curso universitário). Na tabela seguinte, podemos ter um panorama numérico dos deputados e senadores eleitos por partido, incluindo suplentes que tomaram posse:

NÚMERO DE DEPUTADOS E SENADORES CONSTITUINTES POR PARTIDO¹⁴			
Partido	Senadores	Deputados	Total
PSD	26 (63,5%)	158 (53,5%)	185 (54,7%)
UDN	11 (26,9%)	81 (27%)	89 (26,9%)
PTB	01 (2,4%)	22 (7,4%)	23 (6,8%)
PCB	01 (2,4%)	15 (5,1%)	16 (4,7%)
PR	01 (2,4%)	11 (3,7%)	12 (3,7%)
PSP	01 (2,4%)	07 (2,3%)	08 (2,4%)
PDC	-	02 (0,7%)	02 (0,6%)
PL	-	01 (0,3%)	01 (0,3%)
TOTAL	41	297	338

Fonte: BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946.**

A Assembleia Constituinte era majoritariamente conservadora. Incidiam fortemente sobre ela interesses econômicos vinculados aos grupos econômicos nacionais e internacionais, o governo autoritário de Dutra e os limites impostos pela Constituição de 1937, então em vigor. Além disso, a composição PSD-UDN, variantes de uma oligarquia cindida, asseguraria a obstrução de qualquer proposta mais progressista (GIOVANETTI, 1985, p. 64).

Para termos um panorama do perfil da bancada comunista em relação às demais, tomemos como referência a bancada do PSD. Entre os senadores e deputados eleitos por aquele partido, havia 10 banqueiros, 19 industriários, 43 proprietários de terras, 28 advogados, além de

¹³ Dentre elas, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, então capital da República.

¹⁴ BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946.** Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, p. 44. Entre os dois 81 deputados eleitos pela UDN, dois deles pertenciam à Esquerda Democrática, que em 1948 originaria o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Além disso, cabe registrar que Partido Social Progressista organizou-se durante o processo constituinte pela união do Partido Popular Sindicalista (PPS), do Partido Republicano Progressista (PRP) e do Partido Agrário Nacional (PAN).

vários médicos, engenheiros, jornalistas e professores universitários, dentre outras profissões. A bancada do PCB, por sua vez, era formada por dois jornalistas (Carlos Marighella e Maurício Grabois), um escritor (Jorge Amado), um contador (João Amazonas), um engenheiro militar (Prestes), dois médicos (Caires de Brito e Alcedo Coutinho) um camponês (Gregório Bezerra) e sete operários (Batista Neto, Agostinho de Oliveira, Abílio Fernandes, Alcides Sabença, José Crispim, Osvaldo Pacheco e Claudino Silva). Portanto, a bancada comunista se diferenciava das demais não apenas por suas propostas, mas também pela origem social de seus membros. (BRAGA, 1998, p. 146)

Pouco antes da posse de Dutra, a Comitê Nacional do PCB reafirmou a tática de União Nacional e aprovou o “apoio franco e decidido” aos atos democráticos do novo presidente e a “luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais” a eventuais retrocessos reacionários. Além disso, apontou as diretrizes para atuação de sua bancada parlamentar. Segundo destaca Anita Leocádia Prestes:

“No que se refere à atuação da bancada parlamentar comunista na Constituinte, o Pleno [do Comitê Central] reafirmou os princípios incluídos no programa mínimo da União Nacional, divulgado pelo PCB em novembro de 1945, antes, portanto, das eleições de 2 de dezembro daquele ano. Entre os pontos mais importantes então aprovados estão deve-se destacar a defesa do direito de voto para todos os cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros. Da mesma forma, a garantia efetiva das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, inclusive política, de manifestação de pensamento, etc.” (PRESTES, 2010, p. 91)

Como se percebe, a plataforma da bancada de deputados à Constituinte teve como centro as tarefas de constituição de uma democracia liberal típica. Após oito anos de Ditadura, não era uma plataforma menos importante. Mas até onde poderia o PCB subordinar outras conquistas políticas e econômicas dos trabalhadores à essa tarefa?

Com o início da Constituinte, o partido assumiu uma posição extremamente delicada. De um lado, prestou apoio ao reacionário governo Dutra. De outro, denunciou a orientação conservadora que a Assembleia tomara desde seu início, enquanto defendia que os trabalhadores devam se dedicar à construção da unidade nacional, da paz e da ordem social, mesmo que para isso precisassem “apertar o cinto”. A busca da paz a qualquer custo levou o PCB a uma clara política de colaboração de classes. Prova disso foi a posição do partido diante das várias greves

que eclodiram no período. Ao mesmo tempo em que os sindicatos comunistas assumiram uma posição favorável ao governo, ignoravam as reivindicações econômicas dos trabalhadores e ainda procuravam controlar ou desestimular seguidamente as manifestações e as greves. Aliás, não era raro imputá-las a “provocadores” que queriam desestabilizar a ordem!

Dentro da Assembleia, o PCB agiria isolado na maioria das vezes. Um clima de hostilidade permeava a relação dos demais parlamentares – especialmente os da UDN e do PSD – com os deputados comunistas. O deputado Octávio Mangabeira (UDN/BA), tendo em vista as declarações de Prestes sobre uma hipotética guerra entre Brasil e URSS¹⁵, declarou que seu partido estava pronto a cooperar com o governo Dutra na repressão às atividades comunistas no Brasil. A imprensa, por sua vez, buscava desgastar a imagem do PCB, abordando sua atuação na Constituinte como algo incompatível com a democracia. O jornal **O Estado de São Paulo** afirmara que “Os comunistas, já no primeiro dia de verificação de poderes, se salientaram como elementos perturbadores da marcha dos trabalhos” (GIOVANETTI, 1985, p. 93). Como se percebe, o PCB foi visto pela imprensa e pelos demais partidos como um corpo estranho, um convidado indesejável na Assembleia Constituinte. Este sentimento só aumentava a cada episódio em que o partido entrava em sintonia com as expectativas populares, como naquele em que se opôs – ao lado da UDN – à vigência da Carta de 1937 durante a Constituinte. Mesmo com esporádicas manifestações de solidariedade de colegas de outras agremiações, a verdade é que os deputados comunistas atuaram todo o tempo sob fogo cerrado, dentro e fora da Assembleia.

Em 1946 o PCB realizou sua III Conferência Nacional e reafirmou a política de União Nacional. Em seu discurso de encerramento da Conferência, Prestes defendeu que “A solução imediata dos problemas da carestia, da fome e da miséria exige cada vez mais o reforçamento da luta pela União Nacional” (Idem, p. 113). Porém, o discurso do senador comunista, embora tenha reafirmado a defesa da aliança com Dutra, manteve equidistância do governo e ressaltou a necessidade de atenção por parte do PCB diante da campanha anticomunista em curso com apoio de elementos do governo. Mais uma vez os comunistas fariam uma leitura incorreta do cenário político, ao ver no governo Dutra um aliado ao seu projeto de consolidação da democracia.

¹⁵ Em um debate realizado no Rio de Janeiro, Prestes foi indagado de que lado os comunistas brasileiros ficariam caso o Brasil se envolvesse numa guerra contra a União Soviética. O líder do PCB afirmou que os comunistas se oporiam a uma guerra imperialista contra a URSS e empunhariam armas para fazer a resistência, no Brasil, a um governo fascista que se engajassem em tal empresa, transformando a guerra imperialista em guerra de libertação nacional. As declarações de Prestes causaram grande confusão e foram utilizadas para sustentar a tese de que o PCB estaria do lado da URSS contra o Brasil num eventual conflito (PACHECO, 2008, p. 192).

Porém, pouco a pouco a realidade foi se impondo. A escalada de repressão por parte do governo Dutra e a manutenção da política de proximidade com os EUA obrigou os comunistas a encararem o fato de que a ideia de uma “coexistência pacífica” entre socialismo e capitalismo não passava de uma ilusão. Os parlamentares começaram a denunciar as pressões do imperialismo, porém sem deixar claro o alinhamento do governo brasileiro aos interesses dos EUA. Expressão desse paradoxo está no fato dos comunistas seguirem insistindo na política da União Nacional, sem preparar o partido e os trabalhadores para resistir a mais uma investida contra o PCB.

O anteprojeto da Constituição, apresentada por uma comissão composta apenas por parlamentares do PSD e UDN, era essencialmente conservadora. Após diversas tentativas fracassadas de aproximar o texto de uma posição mais intermediária, os comunistas acabaram votando contra a proposta apresentada. Os comunistas fizeram várias críticas ao texto e apresentaram diversas emendas. Entre os temas que são objeto de preocupação do PCB estavam o direito de voto, o direito de greve e associação profissional, a autonomia e organização dos territórios nacionais, a supressão do Senado, a justiça gratuita, o direito de propriedade, o ensino religioso, a censura e o direito de asilo.

Os comunistas criticaram, por exemplo, a opção pelo presidencialismo, como sistema intimamente ligado às experiências ditatoriais. Defenderam também a extinção do Senado, a diminuição do tempo dos mandatos e a extensão do direito de voto aos militares e analfabetos. Todas essas medidas visavam diminuir a hipertrofia do Poder Executivo e fortalecer o parlamento. Ao mesmo tempo, a bancada do PCB se contrapôs fortemente contra a censura e as restrições à liberdade de imprensa, ainda frequentes no governo Dutra. Em relação aos direitos sociais e trabalhistas, os comunistas contornaram a ambiguidade de suas posições em defesa da “ordem e da paz” defendendo abertamente o direito de associação profissional e a liberdade, autonomia e unicidade sindicais, criticando os decretos do presidente Dutra que buscavam tolher o direito de greve e lutando para assegurar que, no texto constitucional, ele fosse assegurado sem quaisquer restrições (GIOVANETTI, 1986, p. 154).

Sobre a questão da propriedade privada e do sistema fundiário, os comunistas apresentaram propostas que limitavam o direito à propriedade sempre que este ferisse o “interesse social ou coletivo” (emenda nº 3.098). Outra proposição, de número 3.258, versava

sobre a reforma agrária e a distribuição de terras aos camponeses. Uma terceira propunha o pagamento parcelado das indenizações em caso de desapropriação. Todas foram rejeitadas.

Defendendo o direito à liberdade de crença, os comunistas se posicionaram contra o ensino religioso nas escolas públicas e pela laicidade do Estado, além de se oporem ao preâmbulo da Constituição que colocava os deputados e senadores “sob a proteção de Deus” – a exemplo da Constituição que vigora desde 1988. Como as demais, essas proposições foram rejeitadas.

Notamos, assim, os evidentes limites que os comunistas encontraram para impor suas posições num parlamento claramente conservador. Ainda que fossem proposições plenamente aceitáveis por uma Constituição de inspiração liberal, as emendas dos comunistas foram vistas como ameaças à ordem estabelecida. Nesse cenário adverso, Claudino Silva teve um papel relativamente modesto. Enquanto outros parlamentares, como Carlos Marighella, Maurício Grabois, Caires de Brito e Jorge Amado, liderados por Luiz Carlos Prestes, tomavam a frente nos temas mais polêmicos, outros, a exemplo de Claudino, mantinham uma atuação centrada em temas específicos. Mesmo assim, a participação do único parlamentar negro da Assembleia Constituinte de 1946 é reveladora tanto das desigualdades existentes no interior da bancada comunista, quanto aos limites das abordagens economicistas do marxismo dos anos 40.

Capítulo 3 – UM NEGRO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Claudino José da Silva nasceu no dia 23 de julho de 1902, em Natividade do Carangola (atual município de Natividade), localizado no extremo-norte do Rio de Janeiro¹⁶. No início do século XX, a região banhada pelas águas do Rio Carangola dividia suas atividades produtivas entre a cafeicultura e a pecuária. Filho de Querino José Alfredo e Maximiana Maria da Glória, lavradores, Claudino permaneceu na região até os dezesseis anos, quando ficou órfão. Desconhecemos as razões que o levaram a ir, no mesmo ano, para Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro. Podemos supor que as dificuldades impostas pela perda dos pais o tenham forçado a buscar melhores condições de vida na capital fluminense.

¹⁶ Nas poucas fontes que apresentam a biografia de Claudino da Silva, referenciadas na primeira edição do **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, a localização do município de Natividade é erroneamente informado como Minas Gerais. Na 2ª edição do referido **Dicionário** (2001), já consta a localização correta.

Em Niterói, Claudino começou trabalhando como aprendiz de carpinteiro. Ainda nessa função, integrou a diretoria do Centro de Carpinas e Classes Anexas de Mar e Terra da capital. Não encontramos registros sobre sua vida nos dez anos entre sua chegada a Niterói e o início de suas atividades políticas, quando, em 1928, ingressou na Liga Operária da Construção Civil de Niterói e filiou-se ao PCB, sendo eleito, pouco depois, primeiro-secretário da entidade.

Como vimos, em 1928 o PCB estava há dois anos engajado na construção do Bloco Operário e Camponês, em consonância com a tática de construção de “Frentes Únicas” determinada pela Internacional Comunista. No ano anterior, o BOC teve um bom desempenho eleitoral no Rio de Janeiro, elegendo um Deputado Federal e angariando simpatias entre os trabalhadores do estado. Um crescente movimento operário se desenvolvia e a construção de novas entidades associativas atraía lideranças como Claudino. Pouco após seu ingresso no PCB, ele compôs a direção do Comitê Zonal do partido em Niterói e, em 1929, entrou na Estrada de Ferro Leopoldina, participando das lutas dos trabalhadores daquela categoria. No mesmo ano, a polícia de Washington Luiz fechou o sindicato dos gráficos em São Paulo, após uma greve de 72 dias. No Rio de Janeiro, as forças de repressão invadiram a sede da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, prendendo 69 pessoas. Em novembro do mesmo ano, impediram a convenção do BOC, detendo 85 militantes.

Em 1931, Claudino deixou a Estrada de Ferro Leopoldina após a greve dos ferroviários daquele ano, sendo escolhido delegado da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) ao congresso da União dos Trabalhadores em Pernambuco, realizado no Recife, quando foi preso pela primeira vez por participar de reuniões sindicais. Libertado, mudou-se para João Pessoa (PB), onde continuou a atuar no PCB. Foi preso várias vezes, até ser deportado para Recife, e depois, para o Rio de Janeiro. Segundo relatos, chegou ao Rio de Janeiro gravemente doente, mas desconhecemos as razões de sua enfermidade. Restabelecido, foi designado pelo partido para atuar em Juiz de Fora (MG). De lá, transferiu-se para Belo Horizonte, onde assumiu a direção do PCB até março de 1936. Com o aumento da repressão sobre os comunistas, é novamente preso e enviado para o Distrito Federal, onde passou pela Casa de Detenção e pelo Presídio da Ilha Grande.

Em liberdade, Claudino retornou para Minas Gerais, onde é preso novamente. Dessa vez, passou oito meses detido. Em seguida, voltou para Niterói. Em janeiro de 1940 foi preso outra vez e, no contexto da escalada de repressão contra os comunistas durante o Estado Novo,

condenado a dois anos de cárcere. Libertado em 1943, passou a compor o grupo que formava a Comissão Nacional de Organização Provisória, com vistas à reorganização do partido sob o lema da “União Nacional com Vargas”. Eleito membro da equipe responsável por organizar a II Conferência Nacional do PCB, foi enviado para o norte do país, onde buscou envolver os comunistas da região no processo de reorganização do partido. Na Conferência da Mantiqueira é eleito ao Comitê Nacional do partido. Em 1945 é eleito Deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo estado do Rio de Janeiro com 11.231 votos. Além dele, outro comunista também foi vitorioso para representar o estado: Alcides Sabença, metalúrgico da Companhia Siderúrgica Nacional e então Secretário Político do Comitê Distrital do PCB em Volta Redonda (RJ). Depois de 17 anos de militância operária, o terreno de combate de Claudino Silva passaria a ser o campo parlamentar.

Uma vez instalados os trabalhos da Constituinte, os comunistas tiveram uma forte atuação, conforme comprovam os Anais da Assembleia. Já na sessão preparatória de 1º de fevereiro de 1946, a primeira da Constituinte, Maurício Grabois pediu a palavra em nome da bancada comunista logo após a instalação dos trabalhos e formulou uma questão de ordem para questionar a condução da sessão pelo Ministro Valdemar Falcão, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, reivindicando que os trabalhos da Assembleia fossem conduzidos por um parlamentar. Em seguida, Grabois apresentou um projeto de Normas Regimentais para os trabalhos da Constituinte, assinado por onze dos quinze deputados constituintes do partido, além de Prestes. Essa proposição foi apoiada por Café Filho (PSP/RN), futuro vice-presidente de Vargas. O tema ganhou repercussão nos jornais. Na edição do dia 2 de fevereiro de 1946, o jornal **Folha da Manhã** descrevia assim a proposição da bancada comunista:

“Os Comunistas, como tanta gente previa, quiseram tomar conta da assembleia por um golpe felizmente mal engendrado. Aberto os trabalhos, na conformidade das disposições legais existentes, pretenderam mudar da presidência do T.E.S (sic), o Ministro Valdemar Falcão, a quem a lei conferia poderes para examinar os diplomas de Deputados e Senadores, e o mais, até a eleição da Mesa da Assembleia. Para isso, pediram a palavra, e uns sobre os outros, impugnaram a presença daquele magistrado na mesa da Assembleia, chegando a chama-lo de “corpo estranho” e a aconselhar a retirada do recinto, se não fossem atendidos. (...) A maioria, que era toda a representação que se achava no recinto da Câmara dos Deputados, com exceção dos dezessete comunistas,

assistiu às tentativas de perturbação da boa marcha dos trabalhos, tranquila e confiante.”
(**FOLHA DA MANHÃ**, 1946, p. 12).

O tema foi retomado nas sessões seguintes. Ao mesmo tempo, os comunistas questionaram a validade da Constituição de 1937 durante os trabalhos da Assembleia. Num clima de euforia democrática, a questão ganhou grande relevância junto à opinião pública. Os parlamentares da UDN se uniram aos comunistas contra os parlamentares do PTB e do PSD, numa inusitada aliança contra os resquícios do Estado Novo na Assembleia.

Com o andamento dos trabalhos, os comunistas mantiveram a mesma posição ambígua que marca sua tática de União Nacional, se opondo às práticas coercitivas que marcavam o governo Dutra sem, contudo, atacar frontalmente o Presidente e transferiam a “infiltrações fascistas” a responsabilidade pelos atos de violência política.

Como fica claro através da documentação oficial, a bancada comunista foi bastante ativa. Ao todo, o PCB apresentou 170 emendas ao texto da Constituição, muitas delas aprovadas. Porém, a atuação de cada parlamentar, seja nos debates, seja nas proposições legislativas, foi bastante diferente entre si. Como veremos, há duas bancadas em uma: uma bancada mais atuante, responsável pela maioria das emendas do PCB ao projeto de Constituição, que participou das Comissões e realizou a maioria dos discursos e encaminhamentos em nome dos comunistas, formada pelos intelectuais e pelos deputados oriundos das classes médias; e outra bancada mais discreta e menos atuante, formada pelos deputados de origem operária. Segundo o estudo de Sérgio Soares Braga (1998), dos quinze constituintes efetivos, oito eram ou haviam sido trabalhadores manuais¹⁷: Batista Neto (operário e marinheiro), Agostinho de Oliveira (ferroviário e operário mecânico), Gregório Bezerra (camponês), Abílio Fernandes (operário metalúrgico), Alcides Sabença (operário metalúrgico e carpinteiro), Osvaldo Pacheco (estivador), José Crispim (pedreiro e alfaiate) e Claudino Silva (ferroviário e carpinteiro). O restante da bancada era formada por dois jornalistas (Carlos Marighella e Maurício Grabois), um escritor (Jorge Amado), dois médicos (Alcedo Coutinho e Caires de Brito), um contador e desenhista técnico (João Amazonas) e um engenheiro militar (Prestes). Estes eram os mais atuantes parlamentares da bancada comunista, compondo comissões, realizando a maioria dos pronunciamentos e das proposições legislativas em nome da bancada.

¹⁷ Basicamente aquelas profissões socialmente qualificadas como tendo baixo nível de qualificação de educação formal, como operários, estivadores e camponeses.

A composição das Comissões e Subcomissões confirma esta hipótese. Na mesa da Assembleia Constituinte, por exemplo, o representante dos comunistas foi o jornalista Carlos Marighella (2º Suplente de Secretário). Além disso, todos os deputados da “bancada dos intelectuais” estavam representados nas dez comissões e subcomissões nas quais o PCB tem assento. Entre os deputados da “bancada operária”, composta por oito parlamentares, quatro não integravam nenhuma Comissão: Gregório Bezerra, Abílio Fernandes, Alcides Sabença e o único deputado negro da Constituinte, o ferroviário Claudino Silva. Prestes, embora formado em engenharia, tinha também uma formação militar, guardando características próprias e distintas tanto das profissões especializadas quanto das atividades manuais. Como líder da bancada, o único Senador do partido não participou de nenhuma Comissão, privilegiando a atuação no plenária da Assembleia.

Outro dado que demonstra a diferença de atuação no interior da bancada comunista está na apresentação de emendas. Das 170 emendas do PCB à Constituição, 123 foram apresentadas pelos deputados “intelectuais” e apenas 47 emendas foram apresentadas pelos deputados operários. Caires de Brito (23 emendas), Marighella (19 emendas), Amazonas (17 emendas), Graboio (17 emendas), Alcedo Coutinho (17 emendas) apresentaram o maior número de emendas. Em contrapartida, Gregório Bezerra (6 emendas), Claudino Silva (5 emendas), Alcides Sabença (4 emendas), Agostinho de Oliveira (5 emendas) e Abílio Fernandes (1 emenda) – os deputados que menos emendas apresentaram – eram todos da “bancada operária”.¹⁸ Notamos, portanto, uma diferença visível na atuação dos deputados oriundos dos setores médios e da intelectualidade e daqueles oriundos dos setores populares. Aqui, a divisão entre trabalho intelectual e manual tomou uma dimensão simbólica que criou uma diferenciação entre os deputados, constituindo uma verdadeira divisão social do trabalho político na bancada do PCB.

Entre os parlamentares comunistas, Claudino da Silva foi dos menos ativos. Apresentou cinco emendas à Constituição, protocolou quatro requerimentos, realizou dois pronunciamentos e quatro apartes. Os discursos de Claudino, realizados nos dias 13 de fevereiro e 15 de março, versavam, respectivamente, sobre a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial e sobre a situação dos negros no Brasil, a partir da homenagem prestada pela

¹⁸ Os dados referentes à quantidade de emendas apresentadas por cada deputado foi extraído do estudo de BRAGA (1998). Na somatória das emendas apresentadas, porém, o autor afirma que a bancada apresentou um total de 180 emendas. Somando as emendas individuais de cada parlamentar, porém, o número de emendas atinge apenas 170. A divisão das emendas por cada uma das “bancadas” do PCB e a tese de uma divisão social da atuação parlamentar é apresentada, pela primeira vez, neste trabalho.

Assembleia à memória de Duque de Caxias e da Princesa Isabel, por ocasião do 59º aniversário da abolição da escravidão.

Seu primeiro discurso, proferido em 13 de fevereiro, poucos dias após a instalação dos trabalhos, era um longo texto sobre a situação dos pracinhas brasileiros após a II Guerra Mundial. Além de uma homenagem aos combatentes que ajudaram a derrotar o inimigo nazifascista, o pronunciamento também era uma contundente denúncia sobre as condições de vidas dos ex-soldados após o retorno ao Brasil. Na primeira parte de seu discurso, Claudino lembrou o papel desempenhado pelo PCB, já que, segundo ele:

“foram os comunistas os primeiros a clamar pelo envio de soldados brasileiros às frentes de batalha, foram os maiores lutadores pela guerra ativa”. Num tom autoproclamatório, o deputado comunista afirmou ainda que o partido esteve “na liderança do povo na campanha nacional e popular pela formação e pelo envio da F.E.B”. (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Vol. I, p. 202)

Noutra passagem, Claudino aprofundou a análise dos impactos da Guerra sobre a conjuntura interna no Brasil, destacando que ela “modificou também, profundamente, o panorama político interno, apressando a marcha para a democracia”, afirmando que “a batalha pela democratização do Brasil não podia ser desligada da batalha pela democracia mundial”. (Ibidem, p. 204).

Percebemos no discurso de Claudino alguns dos pressupostos que orientavam a tática de União Nacional que vigorava no interior do PCB quando da eleição de sua primeira bancada de deputados, tais como ideia de que a luta antifascista era a tarefa central dos comunistas e de que a conquista de uma democracia burguesa que desenvolvesse as forças produtivas capitalistas, abandonando o atraso semifeudal e semicolonial que marcavam nossa formação social, era o objetivo a ser alcançado no curto prazo. Noutro ponto do discurso, ficou claro o compromisso dos comunistas com a “ordem e o progresso”, quando o deputado comunista, rendendo suas homenagens aos heróis de guerra mortos na Europa, o PCB reconheceu que ao sepultar com sangue os horrores do fascismo, os combatentes asseguraram “a marcha pacífica da democracia, sempre para frente, sempre vitoriosa”. (Ibidem).

As descrições do primeiro discurso do único deputado negro da Assembleia constituinte dão conta de que Claudino levou muito tempo para concluí-lo e o fez com dificuldade.

Expressando as visões dos jornais da época, o diário **O Estado de São Paulo** atacou o parlamentar afirmando que:

“O orador ocupou a tribuna por um tempo excessivo, e lia imperturbavelmente, atrapalhava-se na leitura, cometia silabadas a todo instante. (...) O orador comunista, um autêntico popular e crioulo, cumpriu o seu dever partidário até o fim, apesar dos tropeços na leitura, cujo texto era rebarbativo, mesmo para letrados, tal o jargão em que estava escrito”. (apud GIOVANETTI, 1985, p. 94)

Sobre o mesmo episódio, o jornalista Mário Magalhães afirma:

“Ele não era autor daquele arrazoado, como se davam conta até as pastilhas que desenhavam no chão do prédio alguns dos mosaicos mais coloridos do Rio. Um dos quinze componentes da bancada comunista, Claudino recebera ajuda dos dois redatores que socorriam os camaradas de intimidade escassa com as letras. Sentado num canto da mesa que dirigia a sessão, um deles, Carlos Marighella, piscava para o outro, Jorge Amado, acomodado com os correligionários no flanco esquerdo do plenário. Celebravam duplo triunfo.

O primeiro era fazer do único negro retinto entre os 328 Constituintes o orador da intervenção mais longa. Claudino era alto como um poste, magro feito um palito e de uma cor que, no período em que trajou ternos e sapatos brancos, rendeu-lhe entre os camaradas o apelido de lápis – sua cabeça sugeria a ponta do grafite. (...) Contra ou a favor, ninguém se lembraria de falação mais demorada. O outro propósito foi constranger os adversários: receosos de insinuações de racismo, eles não escapuliriam para a sala do café.” (MAGALHÃES, 2012, p. 166-167).

A reconstituição da cena, embora dispondo de recursos narrativos próprios do jornalismo, nos permite perceber duas características principais daquele primeiro pronunciamento: as dificuldades dos deputados operários com alguns ritos da Assembleia Constituinte e o racismo velado para com o único negro da Câmara dos Deputados. Ao final do discurso, Claudino apresentou três requerimentos solicitando que fosse nomeada uma comissão pela Mesa da Assembleia para visitar os ex-combatentes internados, outra para propor ao governo Dutra medidas que priorizassem o acesso, por parte dos ex-combatentes, aos cargos públicos, empregos em geral e casas para morar, e uma terceira propondo o acesso ao curso de preparação de oficiais

daqueles soldados que se destacaram na luta contra nazismo (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Vol. I, p. 209).

O problema do negro no Brasil apareceria noutra discurso de Claudino, exatamente dois meses depois. Num pronunciamento em homenagem ao Duque de Caxias e à Princesa Isabel, o deputado comunista afirmaria que:

“No meu entender, Srs. Constituintes, a Lei Áurea foi a resultante de uma luta na qual teve papel decisivo o próprio negro. Já naquela época havia a compreensão de que o mundo passava por uma transformação, e o próprio desenvolvimento da Inglaterra, com a conseqüente ampliação de seus mercados, não podia admitir a mão-de-obra escrava, que constituía verdadeiro entrave à colocação de suas próprias mercadorias. Por uma ironia da sorte, hoje se comemora a redenção dos escravos na Assembleia Constituinte. A 13 de maio de 1888, os escravos tiveram abertas as senzalas, mas a esses mesmos escravos não deram terras, com as quais pudessem obter a libertação econômica” (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Vol. III, p. 32).

Não dispomos de informações sobre a repercussão do discurso de Claudino, mas podemos imaginar o quão fundo calou um discurso com esse conteúdo, proferido pelo único negro da Assembleia Constituinte, operário, filho de camponeses pobres do interior do Rio de Janeiro. Nascido em 1902, apenas catorze anos depois da promulgação da Lei Áurea, não seria exagero supor que seus pais tenham pertencido às primeiras gerações de escravos beneficiados pela lei.

Outro aspecto que chama a atenção é o conteúdo das análises feitas por Claudino, típicas da historiografia da época, que creditava às “pressões da Inglaterra” e suas demandas por mercados consumidores, a razão que levou à abolição da escravidão no Brasil. Ao mesmo tempo, a correta relação entre a situação de pobreza dos negros e as condições nas quais se deu o processo de abolição está explícita na crítica à falta de amparo dos ex-escravos. Para ele, o abandono a que foram relegados os negros tornou sua sobrevivência mais difícil que no tempo da escravidão:

“Agora, não são apenas os negros cativos, mas toda uma população de trabalhadores agrários que vive situação muito pior que a dos escravos. É que os escravos, Srs. Representantes, ao menos tinham garantido a senzala para morar e, como remédio, o purgante de azeite de mamona ou carrapateira, como é conhecida no norte, além de uma

tosca e a criação de seus filhos. Em nossos dias, toda essa massa de trabalhadores, mais de dois terços da população do Brasil, vive abandonada nos campos, mourejando de sol a sol e abraços com toda sorte de enfermidades” (Ibidem).

Esperançoso no processo democrático que se iniciava no país, Claudino acreditava que a nova Constituição poderia ajudar a superar a degradante situação dos negros no Brasil, e sugeriu inserir “um preceito democrático, (...) segundo o qual, a todos, brancos ou negros, seria assegurada a mais ampla participação na vida nacional” (Ibidem). E conclui apelando:

“Senhores Constituintes, no texto da Carta que estamos elaborando, onde se trata dos direitos dos cidadãos, bem poderíamos incluir os homens de cor. E isso porque, conforme já se acentuou desta tribuna, o negro, no Brasil, vive completamente abandonado, não tendo acesso, na carreira militar, aos postos mais elevados. Não obstante, Constituição é a primeira a assegurar a todos o regime de igualdade democrática” (Ibidem).

Como notamos, Claudino tomou o tema do racismo – ainda que sob uma perspectiva essencialmente social e econômica – como um problema que o novo ordenamento jurídico e institucional deveria enfrentar. Num aparte realizado no dia 26 de agosto, durante discurso do deputado Hamilton Nogueira (UDN-DF), Claudino manifestou-se em favor da proposta de emenda apresentada por aquele deputado para incluir na Constituição a igualdade de todos perante a lei “sem distinção de raça”. Claudino, no entanto, afirmou que a emenda do colega “é restritiva no que concerne aos demais problemas sociais e de classe” (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Vol. XVII, p. 411). Em resposta ao deputado comunista, Hamilton Nogueira destacou que “O nobre deputado Claudino Silva, em conferência feita em torno de sua vida, deu depoimento memorável e comovente, do que foi o preconceito de raça em relação à sua pessoa. Só podemos combater essa desigualdade, estabelecendo a igualdade para todos os homens e todas as raças” (Ibidem). Infelizmente, não tivemos acesso aos documentos sobre a referida conferência, mas temos aqui a prova material de que Claudino, como era de se supor, tinha consciência do racismo de que fora vítima durante toda a sua vida. Para colaborar no reconhecimento do problema, o comunista apresentou uma emenda, em conjunto com outros deputados comunistas, “determinando obrigatoriamente a punição, por lei, para quem fizer

restrição aos direitos contidos na Constituição” (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Vol. XVI, p. 216). Para tal, a Emenda nº 3.600 propõe:

“Toda restrição direta ou indireta dos direitos contidos nesta Constituição ou, inversamente, o estabelecimento de privilégios diretos ou indiretos em razão de raça, religião, credo filosófico ou político, assim como toda propaganda de exclusivismo racial ou de luta religiosa serão punidos por lei” (Ibidem).

A proposta, que acabou rejeitada, fazia menção direta ao problema do racismo. Além disso, provavelmente influenciada pelos crimes de guerra cometidos contra minorias étnicas e religiosas no decorrer da II Guerra Mundial, a proposta buscava combater mais amplamente a intolerância religiosa e o racismo direto, difundido por meio de propaganda, e indireto, que se expressa através do estabelecimento de prejuízos ou privilégios em função da cor, raça ou credo político e religioso.

Claudino fez, ainda, alguns rápidos apartes. Os dois primeiros, em 28 de fevereiro, respondendo às acusações do padre Arruda Câmara, deputado pelo PDC de Pernambuco. O parlamentar, criticando a postura do PCB, contrária a vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos da Constituinte, teceu uma série de acusações aos comunistas. Dentre elas, a do assassinato da jovem Elza Fernandes¹⁹, vinte anos antes. Irônico, Claudino declarou, impávido: “É uma grande honra ser insultado pela caridade cristã de Vossa Excelência” (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Vol. II, p. 9). Mais adiante, irritado, protestou: “A desmoralização do parlamento foi sempre a arma da quinta coluna. Vossa Excelência faz uma declaração leviana. Não tem provas”. Outros deputados se sucederam em apartes, somando-se ao achincalhe promovido pelo religioso pernambucano.

Outro aparte foi feito durante pronunciamento do deputado Campos Vergal (PSP-SP), em que este denuncia as dificuldades dos trabalhadores rurais e o crescente êxodo para as cidades, fenômeno que se acentuava a partir da década de 40. Corroborando com a preocupação do colega paulista, Claudino mencionou como exemplo a situação dos camponeses de Macaé:

¹⁹ Elza Fernandes, codinome de Elvira Cupello Colônio, era namorada de Antonio Maciel Bonfim, o Miranda, líder do PCB quando do frustrado levante de 1935. Assassinada em 1936, a suspeita do crime recai sobre os comunistas, acusados de executá-la como retaliação à sua suposta colaboração com as forças policiais. (GORENDER, 1987, p. 221).

“É justo o que Vossa Excelência afirma da tribuna. Acabo de chegar do Município de Macaé, aonde os donos das usinas estão cobrando dos seus colonos Cr\$ 50,00 por cabeça dos membros da família, quando o aluguel das casas que ocupavam era de Cr\$ 50,00 mensais. Em Neves, pertencente àquele município, os trabalhadores recebem vales que são obrigados a descontar no “barracão”. Estes os motivos da fuga dos trabalhadores das zonas rurais” (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Vol. XVII, p. 85).

Por fim, Claudino se manifestou em aparte realizado no dia 15 de março, após acalorado debate entre Otávio Mangabeira (UDN-BA) e Nereu Ramos (PSD-SC), solidarizando-se com a proposta do primeiro, de organizar uma comissão para avaliar a situação do país quanto ao custo de vida, à inflação e às greves. Em seu aparte, Claudino defendeu a aprovação do requerimento do deputado baiano “devido não só ao reflexo da inflação, como à desatenção que, até hoje, o povo tem sofrido em toda parte, pelas perseguições policiais, que não permitem sequer o entendimento nos sindicatos (...)” (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Vol. IV, p. 36). Como se percebe, Claudino, assim como seus colegas comunistas, não poupou críticas ao governo. Contudo, essas críticas nunca alcançam o presidente Dutra, restringindo-se a setores ou ações pontuais.

Além da atuação no plenário da Assembleia – já que Claudino não compõe nenhuma Comissão ou Subcomissão – o comunista apresentará cinco propostas de emenda à Constituição. Além da Emenda nº 3.600, que criminaliza a discriminação racial, Claudino apresentou ainda as emendas de nº 3.601 (dissolvendo as polícias políticas), a de nº 3.488 (restringindo o estado de sítio a, no máximo, 30 dias), a de nº 3.489 (impondo o limite máximo de 48 horas para a prisão de qualquer cidadão sem apresentá-lo a magistrado competente) e a de nº 3.490 (obrigando o presidente da República a consultar a Câmara dos Deputados antes de nomear autoridades provisórias em casa de decretação de estado de sítio).

Como se vê, com exceção da emenda nº 3.600, as demais buscavam restringir os mecanismos de coerção do Estado, largamente usados durante o Estado Novo contra os comunistas e outros opositores. Claudino, como todos os seus colegas, sentiu na pele as diversas prisões, as arbitrariedades e ilegalidades cometidas contra os militantes comunistas. Por isso a ênfase nas propostas que buscavam criar um marco legal que assegurasse direitos individuais mínimos, extinguindo instrumentos da Ditadura de Vargas (como as polícias políticas) ou restringindo o estado de sítio a, no máximo, 30 dias. Além disso, ao obrigar a aquiescência da

Câmara dos Deputados ante a nomeação de autoridades, Claudino buscava impedir a “hipertrofia do Poder Executivo, aumentando a força e o prestígio do Poder Legislativo”. (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Vol. XVI, p. 171). Para uma bancada que se opôs ao presidencialismo, a crítica à hipertrofia do Executivo e a proposição de medidas que controlavam a utilização de medidas excepcionais, revela-nos como a experiência do Estado Novo deixou marcas profundas no PCB.

CONCLUSÕES

Ao todo foram realizadas 180 sessões durante os trabalhos da Constituinte, sendo que a primeira sessão realizou-se em 1º de fevereiro de 1946, e a 180ª em 18 de setembro de 1946, data da promulgação da Constituição. Analisando as proposições e discursos dos parlamentares do PCB, percebemos que as iniciativas da bancada comunista tinham como objetivo central a construção de uma democracia de tipo liberal, com garantias às liberdades individuais e coletivas.

O PCB entendia que a construção de uma democracia estável era parte de uma estratégia de aliança com setores das classes dominantes para fazer avançar a luta pelo socialismo. Por isso, a opção por defender transformações de maneira “ordeira e pacífica” e por não afrontar diretamente o governo conservador do General Dutra. Ainda que movida por uma análise incorreta da realidade brasileira – característica das interpretações do marxismo para o Brasil nos anos 40, marcada pelo menosprezo à cultura política conservadora dos diversos setores sociais brasileiros (trabalhadores, pequena burguesia, setores médios etc.), pela subestimação das forças conservadoras e pela confiança na vaga democrática aberta com o fim do Estado Novo – não podemos desconsiderar o contexto no qual esta estratégia se desenvolveu. Até então, vigoravam tendências eurocêntricas que se limitavam a transplantar mecanicamente para o Continente os modelos de desenvolvimento socioeconômicos que explicam a evolução histórica da Europa (LÖWY, 2012, p. 10). Usando esse método, a estrutura agrária latino-americana foi classificada como feudal, a burguesia local considerada como progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista, etc. Nessa problemática, toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada (Ibidem, p. 11).

Partindo dessa leitura, não é de estranhar que os comunistas tenham se aliado àquelas frações das elites locais com as quais pensavam poder contar no objetivo de alcançar a etapa histórica democrática e antifeudal. Por isso, simplesmente considerar a atuação dos comunistas como uma traição à estratégia revolucionária não nos parece suficiente, embora seja evidente uma *subordinação* dos comunistas aos interesses das elites nacionais em nome da consolidação da democracia.

Mas, obviamente, para as perspectivas de um partido efetivamente comprometido com a superação da ordem capitalista, mesmo numa estratégia de aliança de classes, a montanha da Constituinte pariu um rato. Por ocasião do 1º aniversário da promulgação da Constituição de 18 de setembro de 1946, Prestes reconheceu, em discurso proferido no Senado, que “se não fizemos uma Constituição progressista, promulgamos uma Constituição democrática” (BRAGA, 2003, p. 649). A afirmação revela uma indisfarçada frustração. É inegável, porém, que mesmo para esse tímido resultado, a contribuição da bancada comunista fora decisiva. Entre os principais pontos defendidos pelos comunistas está a defesa do direito de voto para todos os cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros; a garantia efetiva das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, inclusive política, de manifestação de pensamento, etc.; a completa igualdade de direitos sem distinção de sexo, religião ou nacionalidade, além de muitas outras demandas democráticas (Ibidem, p. 277).

Homens como Claudino emprestaram seus anos de trabalho junto aos trabalhadores para traduzir em ação parlamentar os anseios democráticos de então. Como operário, sentiu as dificuldades de agir num ambiente hostil a indivíduos como ele. Essas dificuldades aparentemente não se restringiam aos parlamentares dos demais partidos: mesmo dentro do PCB, a divisão de trabalho entre os deputados das classes médias ou intelectuais e aqueles de origem popular ficou evidente quando analisamos a atividade parlamentar dos constituintes comunistas.

Mas além de operário, Claudino era negro, “um autêntico popular e crioulo” como afirmou um jornal da época. Não dispomos de dados suficientes para afirmar que, na condição de único parlamentar negro da Constituinte, Claudino tenha sido vítima de preconceito racial explícito. Porém, a preocupação que ele conferiu ao tema em variadas intervenções – mesmo que matizadas pela leitura economicista do marxismo da época – demonstraram que a questão racial era uma preocupação que o líder comunista trazia de suas vivências anteriores.

Conclui-se, portanto, que Claudino, apesar dos quase vinte anos de dedicação à causa comunista, das inúmeras prisões, de ter alcançado os postos mais altos na burocracia partidária, de ter obtido expressiva votação nas eleições de 1945 e de ser o único negro entre os 338 Constituintes, não teve uma atuação de proa na bancada comunista. E muito menos conseguiu fazer prevalecer seu ideário de maior igualdade racial no corpo da Constituição de 1946.

Quando a campanha anticomunista se ampliou em todo o Continente americano— o que no Brasil coincidiu com a aprovação da nova Constituição – o PCB tinha cerca de 200 mil filiados. Mas isso, por si só, não garantiu as condições necessárias para que os comunistas resistissem à ofensiva contra o partido. Numa interpretação casuísta da legislação partidária, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do PCB em 7 de maio de 1947, num julgamento de caráter nitidamente contrário à política defendida pelos comunistas no Brasil e à atuação deles no campo parlamentar. Três dias depois, o Ministro da Justiça determinou o encerramento das atividades do partido em todo o território nacional, expressando com nitidez a idiossincrasia do governo com relação ao PCB e à própria presença das classes subalternas no processo político (GIOVANETTI, 1985, p. 191).

Após a suspensão do registro do partido, iniciou-se o processo de cassação dos mandatos parlamentares, que se consumou em 10 de janeiro de 1948. Com isso, o PCB mudou radicalmente sua tática, abandonando a consigna da União Nacional e acusando Dutra de liderar um governo de “traição nacional a serviço do imperialismo norte-americano” (PRESTES, 2010, p. 113). Mesmo sem reagir à cassação do partido e de seus mandatos, os comunistas exigiram a derrubada do governo, se jogando na mais completa clandestinidade. A partir daí, as informações sobre Claudino José da Silva são inexistentes na bibliografia pesquisada.

Ao regressar do exílio, em 1979, Prestes procurou seus velhos companheiros do PCB. Ele encontrou Claudino da Silva no Rio de Janeiro, velho, doente e abandonado. Preocupado com o amigo, o “Cavaleiro da Esperança” conseguiu internar Claudino na Casa São Luiz, instituição dedicada a acolher idosos desamparados, onde viveu por mais alguns anos, até falecer, em fevereiro de 1985, aos 82 anos. A pedido de Prestes, o velho comunista foi velado no saguão do Palácio Tiradentes, atual Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde Claudino atuara como deputado de 1946 até sua cassação, em 1948. (AMORJ, 2009)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes.

ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIO DO RIO DE JANEIRO (AMORJ). **Partido Comunista Brasileiro: da insurreição armada à união nacional (1935-1947)**. Rio de Janeiro: AMORJ/UFRJ, 2009.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946**. Um perfil socioeconômico da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

_____. **Luiz Carlos Prestes**. O Constituinte, o Senador (1946-1948). Brasília: Senado Federal, 2003. (Edições do Senado Federal, vol. 10).

BRASIL. Assembleia Constituinte. **Anais da Assembleia Constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1946-1951.

BRASIL. Congresso. **Diário da Assembleia Constituinte**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2 fev.-19 set. 1946.

GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986.

O Momento político. **Folha da Manhã**, São Paulo, 2 fev. 1946, p. 12.

Bibliografia.

CARONE, Edgard. **O PCB (1922-1943)**. Volume I. São Paulo: Editora Difel, 1982.

_____. **O PCB (1943-1964)**. Volume II. São Paulo: Editora Difel, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DEL ROIO, Marcos. “O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil”. In MORAES, João Quartim de (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Volume I. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DULLES, John W. F. **O Comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GORENDER, Jacob. O ciclo do PCB (1922-1980). In FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina**. 3ª Ed. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella**. O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

PACHECO, Eliezer. *A formação da esquerda no Brasil*. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

PRESTES, Anita Leocádia. **Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

SILVA, Fernando Teixeira e SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operário” (PCB) na democratização (1945-1964). In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global Editora, 1984.